

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1523834 - PR (2019/0174402-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : DORVALINA FELISBERTO DAS NEVES  
**AGRAVANTE** : ELOINA SOUZA DA SILVA  
**AGRAVANTE** : IRACEMA COLLIS PROCÓPIO  
**AGRAVANTE** : IVANIRA SIQUEIRA BARCALA  
**AGRAVANTE** : JOÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
**AGRAVANTE** : MARIA CARMELITA DA SILVA  
**AGRAVANTE** : MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA  
**AGRAVANTE** : MARIA JOSÉ DOS SANTOS  
**AGRAVANTE** : MARINA DE OLIVEIRA BORTOLIN  
**AGRAVANTE** : SEBASTIÃO RAMOS DOS SANTOS  
**AGRAVANTE** : VALDELENA RODRIGUES PORTO  
**ADVOGADOS** : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS -  
ADMINISTRADOR JUDICIAL - PR008123  
RAFAEL MACEDO DA ROCHA LOURES - PR036728  
SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788  
ISABELLA MARIA BIDART LIMA DO AMARAL -  
PR054744  
**AGRAVADO** : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572  
MARCOS JOSÉ GREGORY ZIMMERMANN - RS080729  
PAULO ANTONIO MULLER - PR067090  
VALENTINA RABELLO NEVES - RS101118

## EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. SEGURO HABITACIONAL 1. LEGITIMIDADE PASSIVA. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 2. APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. AGRADO INTERNO IMPROVIDO.

1. Modificar o entendimento do Tribunal local, quanto à ilegitimidade passiva da ora recorrida, incorrerá em reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável, devido ao óbice da Súmula 7/STJ.

2. A incidência da Súmula n. 7/STJ também impede rever a conclusão do TJPR de que os embargos declaratórios tiveram nítido caráter protelatório, o que culminou na aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

3. Agravo interno improvido.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

